

JULES MICHELET: UM HISTORIADOR ÀS VOLTAS COM A CRÍTICA LITERÁRIA

Jules Michelet: an historian around the literary critic

Maria Juliana Gambogi Teixeira
UFMG

RESUMO

O objetivo deste artigo é tentar explorar algumas razões que explicariam a inatualidade da obra do historiador francês Jules Michelet. Nossa hipótese é de que, pelo menos em parte, essa trava associa-se à maneira como os estudos literários definiram e classificaram essa obra. Sob o abrigo do Romantismo francês, as condições de legibilidade próprias ao historiador se veriam diluídas numa apreensão que opõe o campo da escrita ao das ideias, reconhecendo no primeiro campo qualidades que acabam anuladas pela fraqueza do segundo. Para tanto, esta análise recupera três autores chave da recepção literária do historiador: Hyppolite Taine, Gustaf Lanson e Roland Barthes.

Palavras-chave: Jules Michelet; Romantismo francês; Taine; Lanson; Barthes.

ABSTRACT

This paper aims at exploring some reasons which could explain why the French historian Jules Michelet's work is perceived as "out of fashion". I will argue that such a view is associated with the way that literary studies classify his work. Under the label of "French Romanticism", even key authors (for instance, Hyppolite Taine, Gustaf Lanson and Roland Barthes) who interpret Michelet's works separate his ideas from the way his ideas are presented. As a result, interpreters evaluate highly the "aesthetic virtues" of the works and miss their meaning and significance.

Keywords: Jules Michelet; French Romanticism; Taine; Lanson; Barthes.

Em 1855, em resenha ao volume VII da então já célebre *História da França*, de Jules Michelet, um então jovem crítico, de nome Hyppolite Taine, faz a seguinte afirmação:

Sua história tem todas as qualidades da inspiração: movimento, graça, espírito, cor, paixão, eloquência; e não tem nenhuma das qualidades da ciência: clareza, justiça, certeza, medida, autoridade. Ela é admirável e incompleta; seduz e não convence. Talvez, daqui a cinquenta anos, quando se quiser defini-la, dir-se-á que se trata da epopeia lírica da França. (TAINÉ, 1866, p. 189-90)¹

Taine não poderia ter sido mais preciso em seu juízo. Ele antevê, exatamente, o único lugar em que coube e ainda cabe essa obra historiográfica. Lugar de algum relevo, certamente, visto que seu nome continua a circular entre nós, ao passo que o de outros historiadores, igualmente célebres na época, porém aparentemente menos felizes com as palavras, mal e mal chegam a sobreviver na atualidade, como é o caso de um Edgar Quinet, por exemplo, contemporâneo e amigo íntimo de Michelet, historiador mas, também, e diferentemente do primeiro, autor de diversas obras

¹ Salvo referência a edições brasileiras, todas as traduções neste artigo são de minha inteira responsabilidade.

assumidamente literárias². Mas lugar também sujeito a uma espécie de imobilismo crítico: a ideia mesma de uma historiografia defectiva, inválida e cuja força restante, de tipo literário, a projetaria não em direção ao futuro da literatura (ou da historiografia), mas ao seu passado – tal como a menção de Taine a uma “epopeia lírica” deixa entrever – prenuncia o destino inatual dessa obra no porvir. Pois se o nome de Michelet ainda se faz presente nos estudos literários, surgindo mesmo como uma constante no domínio dos estudos oitocentistas francófonos, trata-se, no mais das vezes, de uma referência sem referente, de um nome citado sempre que convém, mas pouco ou nada lido, reinterrogado, analisado.

Nem mesmo Roland Barthes, leitor contumaz e admirador assumido da obra micheletiana – responsável, ademais, pelo diagnóstico desse imobilismo crítico e um de seus mais ferrenhos opositores – nem mesmo ele, malgrado o peso de seu nome nos estudos literários, conseguiu reverter a profecia do crítico oitocentista. “Michelet não está na moda. Michelet não é moderno”. (BARTHES, 1988, p. 223) Se Barthes não poupou esforços visando atualizar a obra micheletiana, procurou, também, apontar o que considerava a razão principal da incompatibilidade entre o historiador e a moderna cena literária:

Michelet escreve ingenuamente a sua ideologia e é isso que o perde. É ali onde Michelet julga ser verdadeiro, sincero, ardente, inspirado, que justamente parece hoje morto, embalsamado: fora de moda até a recusa. (BARTHES, 1988, p. 224)

Sem dúvida a ciência de Taine não coincide com o ideal escritural proposto por Barthes. Não obstante, tanto a falta de ciência para um quanto o excesso de ideologia para outro, parecem apontar, criticamente, para um mesmo fundo comum: o das crenças, convicções e ideias que animaram essa historiografia. Ao mesmo tempo, tanto em Taine quanto em Barthes, a recusa a um certo ideário micheletiano é concomitante ao apreço dirigido ao seu texto.

Consequentemente, ainda que a título de hipótese performática, seria possível dizer que a legibilidade do historiador estiola-se em torno de um paradoxo que condensa e imobiliza sua recepção: Michelet escreve bem, mas pensa mal. Ora, sabemos bem que tal suposto paradoxo é facilmente dissolvido a partir do conceito mesmo de literatura com o qual laboramos, conceito esse que, nas antípodas do paradigma beletrista, funda a autonomia da arte na dissociação do belo e do bom, da criação e da moral. É justamente essa dissociação que parece tornar mais complicada a tarefa de compreender o que representa, exatamente, essa trava à legibilidade micheletiana, em que e como ela se funda, a contrapelo da autonomia estética.

A guisa de respostas definitivas, as quais implicariam, talvez, uma investigação contemplando o núcleo e os limites mesmos da “modernidade literária”, proporemos aqui uma resposta parcial, que tem no Romantismo francês seu limite de enquadramento³. Nossa hipótese

² A epopeia *Merlin, l'enchanteur* e o poema dramático *Les esclaves* são exemplos dessa inscrição plenamente literária de Quinet.

³ A “modernidade literária” a qual me refiro aqui visa menos a definição de um projeto ou de ideal literário do que a uma postura geral que, segundo certos analistas, dentro os quais destaco Dolf Oehler, encontraria sua origem e sua definição na segunda metade dos Oitocentos, sob o abrigo dos projetos baudelairianos e flaubertianos de Literatura. Mais precisamente: “a inovação essencial da modernidade literária depois de 1848 consiste justamente na distância que ela toma da linguagem de seu século. Assim como o público afastou-se da literatura, a literatura afastou-se do palavrório; em outros termos, a literatura moderna caracteriza-se pelo gosto de denunciar toda cumplicidade com o espírito do tempo. Mas essa renúncia não coincide em todos os casos e incondicionalmente com o esforço de uma purificação da língua por meio do refúgio buscado fora do mundo no qual é falada. (...) Baudelaire e Flaubert abandonam-se deliberadamente, embora com repulsa, à prosa de sua época, a fim de ‘trabalhá-la até seus limites’. A sua escrita vive da *idée fixe* de que há de se transformar aquela prosa em arte: uma operação alquimista em que a ironia servirá de catalisador. Porém, isso significa que o conhecimento do contexto semântico em nenhum lugar é tão indispensável quanto justamente na obra dos representantes dessa corrente crítica da modernidade literária” (OEHLER. *O velho mundo desce aos infernos*, p. 19).

para este texto é de que, pelo menos em parte, essa trava crítica associa-se à maneira como os estudos literários definiram e classificaram essa obra historiográfica. Sob o abrigo do Romantismo francês e, mais especificamente, da etiqueta “historiografia romântica”, as condições de legibilidade próprias ao historiador se veriam determinadas por uma apreensão apriorística da obra, que relendo-a sob a chave da literatura, minimiza ou ignora as ideias (inclusive as ideias literárias) que ali se apresentam.

Se essa trava crítica é uma dominante da recepção literária micheletiana, elegemos, como corpus principal de análise, três momentos exemplares para a sua constituição. Aos nomes já evocados de Taine e de Roland Barthes, acrescentaremos o de Gustave Lanson, visto seu lugar paradigmático na formação da historiografia literária de matriz francesa. A escolha desses três nomes, circunscritos – é escusado dizer – à sua atuação na recepção crítica de Michelet, é exemplar na medida em que, participando, cada qual, de etapas diversas embora igualmente fundamentais da constituição do campo dos estudos literários modernos, deixaram marcas perenes no modo como se lê e se compreende, ainda hoje, a obra do historiador.

Taine e o poeta da história

Conforme a crítica tainiana explicita, a fama de poeta da história é contemporânea ao historiador⁴. Na origem, o texto de onde extraímos aqueles comentários foi uma resenha de jornal, publicada em fevereiro de 1855, e tendo por objeto o primeiro volume de *Histoire de France au XVIe siècle*, então recém lançado. O fundamento principal daquela resenha, em concordância com o princípio segundo o qual seria possível determinar, via leitura metódica, um “certo estado psicológico, dominante e persistente” que caracterizaria um autor (TAINÉ, 1866, p. III), apoia-se, como afirma o crítico na abertura da resenha em questão, na filosofia kantiana:

Kant dizia que nossas ideias vêm em parte das coisas e em parte de nós mesmos; que os objetos que alcançam o nosso espírito ali encontram uma forma inata, que tal curvatura original altera a imagem recebida, e que assim nossa verdade não é a verdade. (...) Nossas faculdades nos determinam; nossos talentos nos perdem ou nos conduzem; nossa estrutura primitiva nos sugere nossos erros e nossas descobertas. (TAINÉ, 1866, p. 175).

Tomando tal proposição como uma “regra da crítica”, a consequência primeira, para Taine, é que o juízo da obra depende da definição do autor, ou seja, daquela busca por um traço “psicológico” dominante e persistente. No caso do historiador em questão, essa dominante é poética: “O Senhor Michelet é um poeta, e um poeta dos grandes.” (TAINÉ, 1866, p. 176)

Conforme bem sabia o crítico, tal diagnóstico não se fundava em qualquer título específico de Michelet, cuja direção pudesse ser considerada formalmente poética, sequer mesmo literária. Autor de obras de cunho exclusivamente historiográfico, a ideia de uma dominante poética como forma inata da “estrutura primitiva” micheletiana seria, portanto, antes o efeito de um modo de expressão particular, índice de uma faculdade que curva e altera essa escrita da história. Visto a citação com que abrimos este texto, é escusado dizer que tal curvatura responde, ao ver do crítico, tanto pelas graças quanto pelas deformidades da obra: porque poeta, Michelet não saberia ser historiador.

A construção de tal argumento domina toda a resenha, turvando vários dos elogios de Taine ao historiador. Assim, seu primeiro comentário sobre o livro afirma: “O livro prende o espírito desde a primeira página; malgrado as repugnâncias, as objeções, as dúvidas, ele domina a atenção e não a solta mais.” (TAINÉ, 1866, p. 176)

⁴ Embora Taine não seja o primeiro a reconhecer os méritos literários do historiador, sua relevância na constituição de uma crítica e uma historiografia profissional francesas assegura exemplaridade à sua recepção de Michelet.

A potência de sedução do texto de Michelet, por sua vez, seria o resultado da riqueza estilística manifesta ao longo de toda a *Histoire de France au XVI^e siècle*⁵. Algo da ordem de uma “polifonia” narrativa que, nos termos de Taine, surge sob a forma “dos muitos poetas” que moravam na pena de Michelet:

Tal é esse talento, tão rico e tão maleável, mistura de espírito e de entusiasmo, erudição e filosofia, graça adorável e violência irônica, espírito criador, alma de fogo, na qual a paixão, sempre ardente, suscita imagens sempre vivas, atravessando, num mesmo voo impetuoso, todos os contrastes, e cujos movimentos, tão diversos e extremos, se explicam pela dominação de uma faculdade soberana, a inspiração”. (TAINÉ, 1866, p. 183)

Muito embora Taine não recorra nenhuma só vez ao vocábulo romantismo (ou a qualquer de seus derivados) para a caracterização do autor, a presença de um léxico de clara derivação romântica (“entusiasmo”, “graça”, “alma”, “paixão” e, por fim, “inspiração”), explícita tanto no trecho acima quanto ao longo de toda a resenha em questão, parece-me suficiente para indicar essa direção.

Sabe-se que Taine não se notabilizou exatamente pelo elogio à expressão francesa desse movimento, sendo considerado, antes, um de seus críticos⁶. Sabe-se, ainda, que construiu sua reputação a partir da defesa de um ideal cientificista de crítica e de historiografia: o determinismo tainiano, para além da tríade meio, raça, local, apoia-se na expectativa de fornecer, para o campo dos conhecimentos humanos, um sistema tão seguro e certo quanto o que conduzia os avanços das ciências naturais⁷. Se sua ambição maior fora a de “determinar as condições dos grandes eventos humanos, ou seja, as circunstâncias necessárias à aparição, à duração e à ruína de diversas formas de associação, de pensamento e de ação” (TAINÉ, 1866, p. XXVII), ou seja, as condições de possibilidade e de inteligibilidade da história, esse objetivo o dispunha num lugar ao mesmo tempo vizinho e concorrente ao da historiografia de Michelet⁸.

Nesse sentido é que essa crítica de Taine pode funcionar como uma matriz da recepção de Michelet como um historiador romântico, ainda que sem recorrer, explicitamente, a tal etiqueta. Nesse caso, a atribuição romântica poderia fornecer o horizonte teórico mais imediato de uma historiografia cujo assento principal, tal como qualquer obra literária, seria o da inspiração. Que tal assento constitua, ao mesmo tempo, sua maior força e seu mais grave defeito, é o horizonte para o qual nos conduz o crítico:

a imaginação inspirada que produziu assim tantas belezas também produz as imperfeições da obra e inquieta os leitores que havia seduzido. (...) Qual impressão deixa esse livro, e o que se diz o leitor ao deixá-lo? Uma só fala, e funesta: Eu duvido. (TAINÉ, 1866, p. 184)

O motivo da dúvida encontra-se no avesso mesmo da poeticidade do texto: a dominante poética atribuída à obra não convém à historiografia, discurso que se pretende, nas antípodas da

⁵ Nas referências bibliográficas, citamos uma edição que reúne os três tomos que compõem a *Histoire de France au XVI^e siècle*, o que facultou ao editor – Claude Mettra – a possibilidade de renomear o conjunto, com o título de *Renaissance et Réforme*, citado nestas referências bibliográficas.

⁶ Sobre a relação de Taine com o Romantismo, consultar CABANÈS, LARROUX. *Critique et théorie littéraire en France* ou, ainda, para uma abordagem mais detida JEUNE. Taine, le romantisme et la nature. In: *Romantisme*, 1980, p. 39-48.

⁷ O prefácio da obra citada, *Essais de critique et d'histoire*, oferece uma boa apresentação do ideal cientificista de Taine.

⁸ Cabe observar – e manifesto aqui minha aquiescência ao artigo de Nabil Araújo de Souza, citado mais adiante – que tal situação de concorrência, associada às particularidades da compreensão romântica de Taine, podem emprestar aos seus comentários potencialidades interpretativas que extrapolam o recorte da questão aqui proposto.

imaginação e da inspiração, fundar-se na ciência dos fatos. Esse diagnóstico não o impede, porém, de reconhecer os acertos interpretativos da obra em questão:

Devemos acreditar no Senhor Michelet? De minha parte, após experiência feita, respondo que sim: pois quando se estuda os documentos da época que ele estudou, experimenta-se uma sensação semelhante à sua e descobre-se que, em definitivo, as conclusões de seu lirismo divinatório são quase tão exatas quanto aquelas advindas da paciente análise e da lenta generalização. (Taine, 1866, p. 185)

Esse aparente contradito, que faz com que Taine, postando-se como conhecedor da matéria a que se dedica Michelet, endosse as conclusões da narrativa em questão, é, não obstante, insuficiente para devolver a credibilidade ao historiador:

Mas essa verificação só tem autoridade para os que a fizeram e nos pontos em que a fizeram. Quem garantirá a verdade do resto e qual confiança o público, que não fez essas pesquisas, poderá ter face às ideias para as quais não lhes são dadas as provas e que são expressas de maneira a lhe inspirar uma desconfiança mais do que justa e bem fundada? O tom entrecortado, esses ardores inconstantes de uma inspiração inflamada, esses gritos do coração, esse ditirambo incessante seriam capazes de estabelecer para a nossa razão uma convicção sólida? O autor fala como um profeta e, em matéria de história, não acreditamos em profetas. (Taine, 1866, p. 185)

Se uma história poética é incapaz de produzir uma convicção sólida, essa convicção, assim como o seu contrário (a sedução desconfiada a que estaria sujeito um leitor de Michelet), parecem ser, seguindo o argumento de Taine, antes de tudo uma questão de tipologia textual. Senão vejamos. Que se observe, num primeiro instante, o quanto, no trecho em destaque acima, o problema do tom da obra é mais explicitamente comentado e problematizado do que a carência de provas, muito rapidamente evocada. Não sendo essa uma ocorrência esparsa, mas algo característico da resenha, pode-se cogitar algumas razões que justificariam essa posição de Taine.

De um lado, esse peso maior conferido ao estilo certamente se adapta ao teor da resenha, dando maior coerência à leitura, proposta pelo crítico, de um Michelet poeta da história. Outro motivo que pode justificar o menor peso dado à acusação de potenciais falhas metodológicas na historiografia micheletiana estaria no endosso que o próprio Taine oferece ao título em questão, referendando as conclusões da obra, porque – e no quê – conhecia dos documentos aos quais ela se reporta.

De outro lado, a timidez da acusação de “falta de provas” poderia se alimentar, também, de um aviso de Michelet, que surge logo na primeira página de *Histoire de France au XVI siècle*, no qual afirma ter suprimido, “no geral, as citações de livros impressos que todo mundo pode ter em mãos. Citaremos apenas os manuscritos” (MICHELET, 1982, p. 33). Que Michelet pudesse operar com tal economia de citações, é fato que partilhou não apenas com outros historiadores supostamente românticos quanto, ainda, com a geração posterior, à qual Taine pertenceu, e que tampouco seria tão disciplinadamente citacional quanto hoje é necessário e de bom tom. Além disso, e provavelmente porque conhecedor da obra e da reputação de Michelet, o resenhista tampouco deveria ignorar que, como primeiro organizador e chefe dos Arquivos da França, Michelet se notabilizara por uma reescrita da história cuja novidade metodológica e, por conseguinte, interpretativa, estaria, também, no recurso sistemático às fontes primárias. Embora jamais tenha se convertido num fetichista dos arquivos (considerando que todo e qualquer documento, primário ou secundário, pode não apenas ser falsificado, mas, sobretudo, é tão só uma versão – o mais das vezes interessada – dos fatos que evoca), é certo que esse historiador, que a

chefia por mais de vinte anos dos arquivos franceses dispunha como uma das autoridades na matéria, jamais economizou nesse recurso⁹.

Assim, menos do que a falta de citações ou as conclusões extraídas das fontes (já que o analista paciente que se supõe ter sido Taine concorda, no geral, com as conclusões divinatórias de Michelet), é o tom do texto, ou seja, sua forma, o fato de ela contemplar tantas “imagens brilhantes, movimentos apaixonados, anedotas picantes” que geraria o desconforto do leitor e sua dúvida pertinaz. Ou seja, é antes de tudo a um estilo de texto que visa a crítica tainiana, o qual teria, como contraponto de sua força poética, o descrédito de sua confiabilidade científica.

Postos nesses termos (que são os termos da resenha), tudo se passa como se Taine propusesse aqui algo da ordem de uma *bienséance* discursiva no que toca aos discursos que pretendem, diferentemente da poesia, ao convencimento e à verdade. *Bienséance* e não exatamente método ou ideário teórico-crítico, visto a capacidade de convencimento do texto surgir não de uma discussão acerca dos pressupostos que fundariam a pretensão referencial e científica daquela historiografia, mas de determinadas qualidades formais, as quais, em oposição direta aos talentos da inspiração, parecem ser o depósito e a garantia exclusiva da cientificidade.

Bem verdade que no prefácio do livro no qual publicará essa e outras resenhas, o crítico se livra a uma espécie de discurso do método, propondo, através de um cotejo sistemático de seus próprios paradigmas com os procedimentos epistêmicos oriundos das ciências naturais, um caminho para a cientificação das ciências humanas, o qual deveria ser capaz de apontar as condições necessárias para a inteligibilidade dos eventos humanos. Ora, mas como conhecedor da obra micheletiana, ele deveria (ou poderia) saber que também nela as discussões metodológicas encontraram seu lugar, e que sem apostar na matriz naturalista como padrão de inteligibilidade dos fatos, Michelet também buscou, em outras matrizes, fundamentos para uma história científica¹⁰.

Sobre esses fundamentos, Taine se cala. Não obstante reconheça no título em questão tanta “graça adorável” quanto “erudição e filosofia”, embora afirme ainda que essas “imagens brilhantes (...) são governadas por um pensamento único [de modo que] a obra inteira, como um disciplinado exército, dirija-se, num movimento único, em direção a um único fim” (TAINE, 1866, p. 176), nem esse fim, tampouco aquela filosofia, vão além do constativo aqui exemplificado. Nenhuma consideração acerca do que poderíamos chamar de ideias de Michelet (sejam as de ordem geral, historiográficas, sejam as de tipo específico, ligadas à interpretação dos eventos que narra) é matéria para o crítico.

O fato de isso ocorrer numa resenha que se abre com Kant e que se inscreve como produto de uma historiografia com ambições científicas e, por isso mesmo, supostamente distinta (e concorrente) àquela praticada por Michelet, pode ser motivo de suspeita. Não obstante, para além das razões (ou desrazões) de Taine, sua crítica fornece paradigmas duráveis para a recepção micheletiana.

No trajeto que nos propusemos cumprir aqui, resta, então, observar seus ecos em Lanson e em Barthes, ecos que, justamente por irem mais longe do que uma simples adesão aos pressupostos críticos tainianos, dizem muito sobre as condições gerais da recepção literária de Michelet e, porventura, sobre os nossos paradigmas de leitura do Romantismo, em geral.

⁹ Sobre a vida, os trabalhos e o tipo de prática historiográfica de Michelet, ver Paule Petitier (*Jules Michelet - l'homme-histoire*) e Paul Viallaneix (*Michelet, les travaux et les jours*).

¹⁰ Ao longo de toda a obra, Michelet jamais deixou de atribuir à filosofia de Giambattista Vico as bases científicas de sua prática historiográfica. A descoberta dessa filosofia remonta aos anos de juventude do historiador. No prólogo à tradução que propôs, em 1827, da *Ciência Nova*, tradução essa imediatamente anterior ao lançamento de seus grandes trabalhos historiográficos, Michelet afirma: “O que nos distingue eminentemente é, como costumamos dizer, nossa *tendência histórica*. Já queremos que os fatos sejam verdadeiros em seus mínimos detalhes; o mesmo amor pela verdade deve, pois, nos conduzir a buscar as relações e observar as leis que as regem, de forma a examinarmos se, enfim, a história pode ser conduzida a uma forma científica.” (MICHELET. *Oeuvres complètes*, t. I, p. 283).

O historiador romântico de Lanson

Se Lanson não pode ser tomado exatamente como um discípulo de Taine, é evidente que sua historiografia bebe nas fontes de um certo historicismo oitocentista que encontra no projeto tainiano um de seus fundamentos. Assim, não haveria surpresa em reencontrar, sob a pena do autor de *História ilustrada da literatura francesa*, elementos similares aos de seu predecessor, ainda que abrandados no que toca às suas pretensões de cientificidade¹¹. Algo de um eco do Kant evocado pelo crítico oitocentista e cujo corolário seria a assunção do sujeito (ou do autor) como foco principal da tarefa crítica, se faz ouvir mais uma vez, quando Lanson, buscando fundar a diferença entre a historiografia *tout court* e a sua versão literária, afirma que esta última “detém-se nos indivíduos, ‘porque sensação, paixão, gosto, beleza são coisas individuais’. (...) ‘Pretendemos definir as originalidades individuais, quer dizer, fenômenos singulares, sem equivalentes e incomensuráveis’”¹².

No que toca à recepção micheletiana, o relevo à individualidade criadora serviria, então, como um primeiro fio de Ariadne a associar a leitura de Taine à de Lanson. Essa continuidade, porém, em nada diminui a importância da historiografia lansoniana para a plena inscrição de Michelet nas terras da literatura. Com efeito, a relevância da obra de Lanson na estruturação da historiografia literária moderna o dispõe não como o primeiro, mas como o principal responsável pela recuperação sistemática da obra de Michelet no terreno das Letras, tarefa que, ademais, não se restringe ao autor de *Histoire de France*, mas engloba boa parte dos historiadores dessa mesma geração¹³.

Essa recuperação é idealmente figurada no volume II de *Histoire de la littérature française*. Nele, o livro II, intitulado “A época romântica”, reserva um capítulo exclusivo à historiografia praticada na primeira metade do século XIX. Evocado conjuntamente com outros contemporâneos seus, Michelet ocupa, no entanto, uma posição de destaque: “Sua história é um *chef-d’oeuvre* da arte romântica”, dirá Lanson (LANSON, 1951, p. 320).

Nesse caso, a inscrição romântica não é nada alusiva, sendo, antes, o fundamento mesmo da recepção de Michelet por Lanson. A vocação generalista dessa definição, à medida que fundada numa expectativa de definição não exclusiva a um autor (como o poeta de Taine), mas a um conjunto de autores de uma mesma época, dota o argumento lansoniano de uma amplitude bem maior que o de seu antecessor.

Não obstante isso, também é fato que a definição do Romantismo proposta por Lanson, reificando uma das tópicas do movimento – qual seja, a inscrição subjetiva –, renova, por outros caminhos, a ideia tainiana segundo a qual a chave de uma obra encontra-se na psicologia do autor. Afirma Lanson:

o romantismo é uma literatura na qual domina o lirismo. Mas, nesse caso, o que seria o lirismo? O lirismo é inicialmente a expansão do individualismo: ora, no que

¹¹ Adoto, aqui, o argumento de Nabil Araújo de Souza, no artigo intitulado “Revisão do lansonismo: o cientificismo brando de Gustave Lanson e a perpetuação acadêmica da história literária”.

¹² LANSON apud SOUZA. “Revisão do lansonismo: o cientificismo brando de Gustave Lanson e a perpetuação acadêmica da história literária”, p. 107 e 108. Nabil de Souza refere-se aqui a um artigo, intitulado, “Histoire littéraire”, que Lanson publicou em coletânea, de nome *De la méthode dans les sciences*, organizada por Émile Borel.

¹³ Sabe-se que a edição original de *Histoire de la Littérature française*, datada de 1894 (Ver *Avant-Propos* da obra citada na bibliografia), foi, subsequentemente, alterada e remanejada ao longo dos anos. Se não obtivemos acesso a essa primeira versão, a edição de 1923, disponível no Gallica da Biblioteca Nacional da França, já traz, em versão completa, o material referente a Michelet e à historiografia romântica que, no caso deste artigo, foi extraído de versão publicada em 1951. Se não dispomos de provas de que os comentários sobre Michelet e seus contemporâneos aparecem já em 94, a data de 1923 indica ainda um momento de ostracismo dessa vertente historiográfica nos meios intelectuais franceses, sobretudo entre os historiadores acadêmicos.

nós somos fácil e constantemente individuais? Sem dúvida não nas ideias de nossa inteligência mas, muito mais, nos fenômenos de nossa sensibilidade. (LANSON, 1951, p. 930)

Essa hipertrofia do eu, impelida a traduzir não exatamente o espírito de todo gênio poético (como parece ser o caso em Taine), mas o de um período literário, justificar-se-ia, como já se pode prever, pela relação de oposição que teria mantido com o modelo literário precedente. No caso do Romantismo, a hipostasia da sensibilidade se fundaria, pois, numa necessária antipatia pela vocação racionalizante que tipificara as produções do classicismo: “arte de pensar e arte de argumentar racionalmente, o método exato e a lógica serrada não lhes [aos românticos] inquietam de maneira alguma...” (LANSON, 1951, p. 932)

Circunscrito ao registro romântico e mesmo magnificado como um de seus mais dignos representantes, o Michelet de Lanson surge como um tipo não totalmente estranho àquele que nos apresentara Taine, igualmente admirável no texto, assim como pouco confiável nas ideias e interpretações:

Michelet teve seus erros, seus preconceitos, seus ódios; alma infinitamente terna, detestou furiosamente certas ideias assim como os homens que as representavam. A verdade, a serenidade de sua obra restam, por essa razão, diminuídas. A desculpa vem de tudo o que sofreu: em sua dolorosa infância de miséria e luta, seu caráter se afiou, sua sensibilidade tornou-se superexcitada, sua inteligência se desenvolveu, e sua imaginação se perdeu para longe das realidades que ferem. (LANSON, 1951, p. 1.021)

Conquanto aparentemente mais compassivo do que Taine face aos esgares interpretativos de Michelet, a compaixão de Lanson limita-se, no caso, a explicar os excessos a partir de um traço biográfico. Nesse ponto, parece-me que esse historiador da literatura, sem descuidar da crítica tainiana, na realidade, dota-lhe de uma inscrição fortemente ancorada na dimensão histórica do sujeito, em detrimento de um certo apelo metafísico que caracterizaria a abordagem tainiana, tal qual ela aparece na resenha que analisamos.

Sem dúvida, a recepção de Lanson é muito mais acurada no que toca aos fatos, feitos e ideias do indivíduo. Sua leitura demonstra um conhecimento vasto não apenas de um título, mas do conjunto de escritos e de fatos que compuseram a vida e obra de Michelet. Contudo, e assim como Taine, ela parece sofrer de uma espécie de apriorismo crítico, também determinado pela hipostasia de certas características estilísticas da obra, absolutizadas na interpretação do autor e cujo fundamento último estaria em seu ajuste ao que se determinou como chave de interpretação do contexto - no caso de Michelet, o excesso sentimental, imputado ao Romantismo.

Que se considere, a título de exemplo, este trecho de um artigo de Lanson, dedicado a explicar a formação do método historiográfico micheletiano. Relembrando os anos de formação do jovem Michelet (a década de 1820), momento em que o futuro historiador mostrava-se infinitamente mais interessado na filosofia do que na história, Lanson interpreta, nos seguintes termos, sua recusa ao ecletismo cousiniano, principal matriz filosófica francesa da época:

Sentia necessidade de algo mais: ele era romântico. Não que tenha sofrido a influencia de Victor Hugo e do Cénacle (...) Exceção feita a Lamartine e suas Méditations, Michelet parece ter se mantido bastante indiferente ante a produção poética, dramática e romanesco daqueles inovadores. Chega mesmo a ser desconfiado e hostil: seus clássicos nele resistem ao romantismo. Tinha-o dentro de si, porém, e ele o sabe e o sente. Em 1820, faz a seguinte afirmação: ‘Somos todos, mais ou menos românticos. É uma doença que está no ar que respiramos’.

Para além da fermentação contagiosa do meio social, ele tomou seu romantismo nas fontes, em Rousseau, em Madame de Staël, em Shakespeare, Walter Scott e Byron: ele o trazia em sua alma exaltada e dolorosa. (LANSON, 1906, p. 11)

É certo que Lanson sabia muito bem que Michelet atribuíra tal afastamento sobretudo à descoberta e tradução da obra de Giambattista Vico – seu principal projeto nos anos 1820 –, o qual o dispunha não exatamente sob a influência de um romântico bissexto, mas, antes, de um filósofo setecentista de difícil classificação, mas que certamente bebera mais nas fontes clássicas (tanto antigas quanto modernas), do que nos elementos de fundação da cultura romântica¹⁴. Igualmente seguro – e evocado no trecho acima – é o fato de que, no que toca a cultura literária de Michelet, ela fora então e seguirá sendo ao longo de toda a vida extremamente inflexionada pela leitura dos Antigos. Com efeito, as notas dos diários deixam ver mais do que indiferença, mas algum descaso com a literatura produzida por sua contemporaneidade¹⁵. Finalmente, não duvido que Lanson soubesse muito bem o quanto essas supostas fontes românticas de Michelet foram criticadas e atacadas pelo próprio autor ao longo de toda a sua historiografia. Afora Shakespeare, pouco evocado, jamais analisado, o restante recebeu do historiador comentários pouco susceptíveis a confirmá-los como seus mestres intelectuais¹⁶. E ainda que influências inconscientes e involuntárias, igualmente necessário seria considerar o quanto a leitura de um Rousseau, por exemplo, é atravessada por sua enorme admiração por Voltaire que, ao ver do historiador, seria o seu melhor crítico¹⁷. O mesmo cuidado seria indispensável no que toca uma suposta influência da corrente alemã do Romantismo (evocada por Lanson tanto nesse artigo quanto no subcapítulo de sua *História da Literatura*), a qual, no mais das vezes, é mencionada apenas de viés, indiciando não apenas a pouca intimidade de Michelet com seus representantes quanto, sobretudo, nenhuma identificação direta com as suas ideias¹⁸.

Ora, se tais evidências não inibem nem alteram o argumento de Lanson, talvez isso se deva ao fato de que este não dependa, nem derive de um cotejo sistemático entre o ideário romântico e as

¹⁴ Para uma boa apresentação da filosofia de Vico em interface com a obra micheletiana, ver REMAUD. *La magistrature de l'histoire* e CRISTOFOLINI. *Vico et l'histoire*.

¹⁵ Os diários de Michelet compõem quatro tomos, editados por Paul Viallaneix e publicados pela Gallimard. Acerca da relação de Michelet com a literatura de sua época, consultar, preferencialmente, as biografias supracitadas.

¹⁶ Alguns exemplos podem confirmar a questão. Madame de Staël, cujos *De la littérature* e *De l'Allemagne*, constam efetivamente como leituras de juventude (ver *Écrits de jeunesse*), não recebem, porém, qualquer outro comentário além da consignação dos títulos. Por outro lado, quando passa a figurar como personagem – tanto da *Histoire de la révolution française* quanto de *Femmes de la révolution* – recebe um tratamento pouco elogioso. (“uma pessoa brilhante, eloquente e, não obstante, ousa dizer medíocre, apesar do renome”). Rousseau é fortemente criticado nos tomos relativos à sua época, sobretudo no que toca à sua obra de impacto romântico (*La Nouvelle Héloïse*). “O desprezo pela sabedoria, o ódio ao livre arbítrio, a renúncia à ação, eis todo o ensinamento de Julie” – conclui Michelet, manifestando assim o quanto o ideal do livro é o justo oposto daquele professado por esse comentador. Byron e Scott serão particularmente visados em *La Sorcière*, e igualmente atacados por fazerem ficção com matérias trágicas da História. Enfim, se Michelet efetivamente os leu e, possivelmente, os apreciou em determinado período de sua existência, sua obra, salvo melhor juízo, jamais os requisita sem manifestar, pelo menos, alguma ambiguidade.

¹⁷ A polaridade Rousseau / Voltaire e a necessidade de integração entre ambas as obras (única forma, segundo Michelet, de depurá-las de seus problemas específicos) é tema caro ao autor e pode ser avaliado, entre outros, na Introdução à *Histoire de la Révolution française*.

¹⁸ A relação de Michelet com os românticos alemães é problemática por várias razões. A primeira delas é o fato de que, embora conhecendo alguma coisa do alemão, jamais se tornou um germanófono confirmado (Ver os diários acima mencionados). Em segundo lugar, destaque-se que, se leu Schlegel, o principal nome do país a ser, claramente, incorporado por sua historiografia é Jacob Grimm, que, salvo engano, não se situaria exatamente como um dos pilares do que hoje chamamos Romantismo alemão. No total, porém, minhas reticências se apoiam, sobretudo, na leitura que Pierre Pénisson faz da influência germânica em Michelet. Para esse germanista, a visada micheletiana da cultura alemã é excessivamente generalista e bastante reservada, ao mesmo tempo em que surge concentrada em torno de autores que hoje poderíamos considerar periféricos no que toca ao mundo literário. Ver PÉNISSON. Michelet, Quinet et l'Allemagne.

ideias que teriam subsidiado a obra micheletiana, senão de uma aproximação de tipo analógica, a qual teria sua fiabilidade assegurada pela evidência cronológica de que o Romantismo francês é contemporâneo ao tempo de vida e de produção do historiador:

Michelet acreditou se afastar tanto dos românticos quanto dos doutrinários. Na realidade, sua obra é um *chef-d'oeuvre* da arte romântica. Como os românticos, tinha a alma obsedada por concepções metafísicas e imaginação simbólica. (...) Mas sua metafísica e seus símbolos são comandados por suas afeições e seus ódios: seu coração domina seu pensamento e também por isso foi romântico. (LANSON, 1951, p. 1.023)

Tendo em vista tais argumentos, parece-me justo afirmar que, sob a ótica de Lanson, é não “também”, mas “principalmente” porque o pensamento de Michelet estaria subjugado pelo coração, que as suas tentativas, refletidas, de se afastar dos românticos é insuficiente; no máximo, um autoengano. Ora, é evidente que um pensamento dominado pelo coração não há de ser bom conselheiro, quando o assunto são as ideias. E, conseqüentemente, elas serão, mais uma vez, deixadas de lado pelo crítico, porque dispensáveis para explicar uma história que nada teria de “objetiva, impessoal, científica”, sendo, não mais do que “as **emoções** de Jules Michelet lendo os documentos originais que poderiam servir para escrever uma tal história”. (LANSON, 1951, p. 1.023; grifo meu)

Se a história que ele pensava ter escrito, não a escreveu, tendo, na realidade, escrito outra coisa, mais próxima, certamente, da epopeia lírica evocada por Taine, a razão para isso, uma vez mais, encontra seu principal fundamento no estilo de Michelet: “Esse estilo de Michelet, duro, entrecortado, violento ou ainda delicado, penetrante, terno, faz dele um dos dois ou três escritores maiores de nosso século.” (LANSON, 1951, p. 1.023)

A explicação para estilo, que Taine não oferece claramente, recebe de Lanson um nome – romantismo – que se não basta para explicar a potência desse mesmo estilo, é satisfatória no que toca as suas condições de aparição. O acordo entre o paradigma romântico oferecido pelo crítico (a antipatia à lógica e à razão) e o retrato do historiador é estabelecido de antemão:

Michelet não lia como crítico, a fim de saber o que outros haviam dito sobre a história, mas como artista, de modo a escolher os meios para fazê-la. Não buscava nos autores os pensamentos deles, mas os seus. (LANSON, 1951, p. 19)

No total, o retrato que o historiador da Literatura propõe para o historiador da França, laborando com a mesma oposição entre a potência poética do texto *versus* sua impotência intelectual, opera, tal como em Taine, a partir de um a priori crítico que, a esta altura, pode ser melhor precisado. Não se trata exatamente de priorizar o texto em detrimento das ideias, visto que as ideias, no mais das vezes, surgem no corpo mesmo do texto. Trata-se, pois, de priorizar algumas características ou momentos do texto – no geral, aqueles que, segundo o crítico em questão, conformam-se a um ideal de excelência artística coerente com a visada generalista que adota para o período cronológico do autor – para, em função disso, determinar uma chave de leitura da obra, para além ou para aquém do que, nessa obra, não se acorda a tal determinação.

O praticante da escritura

Roland Barthes representa, para a recepção literária micheletiana, um momento exceção: sua relevância dentro dos estudos literários, combinado ao apreço e à atenção que tributou à obra do

historiador, fazem dele um marco, sem equivalentes, nos estudos sobre Michelet¹⁹. Evidentemente, a recepção que esse crítico devotou ao historiador é não só mais ampla, quanto mais complexa do que a de Taine ou a de Lanson. Barthes não apenas escreveu mais sobre Michelet, mas reconheceu nessa obra paradigmas, procedimentos e problemas que, longe de invalidar sua historiografia, a dispõem como um modelo para o futuro.

Vê-se, assim, que no caso desse crítico, a questão é um tanto mais complexa do que o simples descrédito às ideias, correlato ao valor do texto. Não obstante isso, algumas similaridades metodológicas e, sobretudo, o modo como esse crítico subscreve o romantismo de Michelet, conduzem o nosso argumento. Ou seja, é em razão da maneira como Barthes incorpora certos procedimentos interpretativos acima descritos e, em particular, a forma como integra o romantismo à leitura que propõe de Michelet, que seu nome comparece neste artigo.

Num primeiro momento, as apreciações de Barthes no tocante à historiografia de Michelet surgem como o perfeito avesso dos comentários de Taine e Lanson. “Michelet é para muitos (...) um mau historiador porque escreve, em lugar de simplesmente redigir” (BARTHES, 1988, p. 213) A diferença entre esses dois gestos é, para o crítico, bem mais complexa do que a distinção entre estilos ou funções textuais. Não se trata, para Barthes, de apenas defender uma historiografia bem narrada, em oposição a uma outra, mais taquigráfica ou tímida face às potencialidades da narração. Corrigindo um certo mal entendido que os elogios ao “poeta da história” poderiam suscitar junto aos leitores neófitos do historiador, Barthes previne:

Se nos ativermos a impressão de leitura, Michelet, quando conta uma história (a História), muitas vezes não é claro (...); não se entende bem, ao menos à primeira vista, a concatenação dos fatos; desafio qualquer pessoa que não tenha da História da França mais do que o antigo conhecimento escolar a compreender o que quer que seja do enredo do 18 de Brumário (...) Toda a cena é cheia de lacunas: inteligível ao nível de cada frase (nada mais claro do que o estilo de Michelet), torna-se enigmática ao nível do discurso. (BARTHES, 1988, p. 210)

Essa perturbação da discursividade que caracteriza a historiografia de Michelet expõe claramente a distância entre essa escrita e uma narrativa segundo os padrões literários ou historiográficos mais correntes, sejam os de extração clássica, sejam os de fundo romanesco oitocentista, sejam ainda os de padrão moderno. Em maior ou menor grau, toda obra micheletiana encena uma relação com o passado que é sempre em segundo grau; suas narrativas são resolutamente antiautotéticas, não se substituem, nem pretendem ser a representação autossuficiente das histórias que visam recontar.

Essa posição, tão paradoxal para um historiador quanto para qualquer escritor, receberá de Barthes um tratamento atualizante. Ou seja, o que interessa nessa perturbação discursiva que tipifica a historiografia micheletiana são as aproximações que facultam com práticas e posturas assentes da Modernidade. Assim, as três razões propostas pelo crítico para explicar tal característica – a narratividade elíptica, a enunciação amalgamada aos julgamentos e vacilação do conceito de fato – visam aproximar tais traços àqueles sobre os quais se assentariam os saberes modernos:

Michelet é, em suma, o escritor (o historiador) do antes mesmo: a sua história é arrebatada, não porque o seu discurso seja rápido, impaciente, não porque o seu autor seja apaixonado, mas porque ela não para a linguagem no fato, porque, nessa imensa encenação de uma realidade milenar, a linguagem precede o fato

¹⁹ O impacto da recepção barthesiana à obra de Michelet pode ser medido pela frequência com que esse historiador aparece nos cadernos de cultura dos jornais franceses das décadas de 1960 e 1970. Sobre a presença de Michelet nos periódicos franceses do século XX, peço licença para citar um artigo, intitulado “L’enchantement immobile de Jules Michelet”.

infinitamente: proposição rude aos olhos de um historiador clássico (mas, a partir do momento em que a História se estruturaliza, não se aproxima da atual filosofia da linguagem?), proposição benfazeja aos olhos do teórico moderno que pensa que, como toda ciência (aí está o problema das ‘ciências humanas’), não sendo a ciência histórica algorítmica, encontra fatalmente um discurso e a partir de então tudo começa. (BARTHES, 1988, p. 212)

As razões pelas quais, para Michelet, a linguagem teria precedido o fato recebem de Barthes um tratamento igualmente moderno. Se sua resultante mais óbvia é o esboroamento da discursividade, esse esboroamento indicia, antes de tudo, uma perturbação no nível do sujeito: “uma espécie de carência do sujeito (no sentido lógico; mas, em se tratando de discurso, o sentido lógico não está longe do sentido psicológico)” (BARTHES, 1988, p. 212).

Talvez seja desnecessário dizer que o sujeito assim visado por um Barthes atravessado por leituras psicanalíticas tenham pouco a ver com a *persona* biográfica lansoniana. Diferentemente, o que interessa a esse crítico é a estrutura de uma psique relevada pela rede de sintagmas que sua obra expõe. Tema ao qual Barthes se dedica no livro que consagrou ao historiador:

... o leitor não encontrará neste pequeno livro nem uma história do pensamento de Michelet nem uma história de sua vida, e muito menos uma explicação de uma pela outra.

Que a obra de Michelet, como todo objeto da crítica, seja em definitivo o produto de uma história, não tenho a menor dúvida. Mas há uma ordem de tarefas: cumpre inicialmente devolver a esse homem sua coerência. Tal foi o meu desígnio: reencontrar a estrutura de uma existência (eu não digo de uma vida), uma temática, se quiserem, ou melhor ainda: uma rede organizada de obsessões. A seguir vêm os críticos verdadeiros, historiadores ou psicanalistas (freudianos, bachelardianos ou existenciais); isto aqui não é mais do que uma pré-crítica: busquei apenas descrever uma unidade, e não explorar suas raízes na história ou na biografia. (BARTHES, 1991, p. 9)

Se Barthes evita assim a história ou a biografia, essa rede organizada de obsessões e a coerência que dela se depreende não seria menos do que uma espécie de pré-história, ou história profunda de um sujeito, que evitando as simplificações da biografia lansoniana, poderia corrigi-la ou melhorá-la. Ou seja, reencontramos aqui, ainda que em nova roupagem, a disposição para uma análise da obra cujo *locus* primeiro continua sendo o sujeito. Se este não é mais o autor de Taine, nem o indivíduo de Lanson, não obstante resta sendo uma unidade fundamental de avaliação da obra²⁰.

É certo que o modelo psicanalítico visa antes à desconstrução do que a construção de uma identidade. O problema então, no que toca à leitura barthesiana de Michelet, poderia ser formulado nos seguintes termos: a obra historiográfica em questão não abre mão de explicitar sua identidade, sua unidade, sua coerência interna, nem os laços entre tal coerência e a história em que tiveram lugar; ela não passa pela prova do divã:

já foi dito, a modernidade de Michelet não vem à tona. Por quê? Em Michelet, determinada linguagem cria obstáculo, pesa como uma pele morta sobre a sua obra, impede-a de arribar. (...) essa linguagem é o que se pode chamar de *pathos* de Michelet. Esse *pathos* não é constante, pois o estilo de Michelet é, felizmente, heteróclito, até ao barroco (...) mas volta sempre, prende Michelet na repetição, no

²⁰ O que me parece concorde à posição adotada por Barthes em seu célebre artigo “Histoire et littérature: à propos de Racine”.

malogro. Ora, o que se repete numa linguagem? É a assinatura. Certamente Michelet fulgura incessantemente, é incessantemente novo, mas a enorme e contínua potência de sua escritura é também incessantemente assinada com uma marca ideológica, e é essa marca, essa assinatura que a modernidade recusa. Michelet escreve ingenuamente a sua ideologia e é isso que o perde. É ali onde Michelet julga ser verdadeiro, sincero, ardente, inspirado, que justamente parece hoje morto, embalsamado, fora de moda até a recusa. (BARTHES, 1988, p. 224)

A não modernidade de Michelet liga-se menos a sua datação cronológica do que a maneira como, embora capaz de inscrever sua historiografia numa concepção linguageira que a aproxima de pressupostos modernos, o fez sem apagar sua inscrição em seu próprio tempo:

A força atual de um escritor passado mede-se pelos disfarces que soube impor à ideologia de sua classe. O escritor nunca pode destruir a sua ideologia de origem, pode apenas trapacear com ela. Michelet não soube ou não quis trapacear com a linguagem herdada do Pai: tipógrafo modesto, depois diretor de uma casa de saúde, republicano, voltairiano, numa palavra, pequeno-burguês. (BARTHES, 1988, p. 224)

Se Michelet não trapaceia com o Pai, antes se inscreve, voluntariamente, como seu herdeiro, reforça, assim, não exatamente uma linguagem, mas certas ideias que não foram apenas suas, mas de sua época. Essa é a pista para o retorno da questão do Romantismo, ainda que, com esse crítico e graças à evocação do pai, ele se aparente menos a um discurso do poeta lírico do que ao discurso engajado, universalista, de matriz setecentista – o pai voltariano – ainda ativo na primeira metade dos Oitocentos:

O que não toleramos é o pathos. O discurso de Michelet é evidentemente cheio dessas palavras aparentemente vagas e sublimes, dessas frases nobres e comovidas, desses pensamentos enfeitados e conformistas, nos quais nada mais vemos do que objetos distantes, curiosidades bastante indigestas do romantismo francês. (BARTHES, 1988, p. 217)

Tornado pathos, ou seja, padecimento de um tempo, essa atribuição romântica traveste-se em limite não exatamente temporal (pois, virtualmente, nada impede que os autores trapaceiem com ela), mas de razoabilidade, de criticidade, de inteligência:

Todo o seu pathos, Michelet herda de fato da sua ideologia de classe, da ideia, a ficção, poder-se-ia dizer, segundo a qual as instituições republicanas tem por fim não suprimir a divisão entre o capital e a classe assalariada, mas atenuar e de certo modo harmonizar o seu antagonismo. Daí, por um lado, todo um discurso unitário (diríamos hoje um discurso do significado) que só pode alienar de Michelet qualquer leitura psicanalítica e, por outro lado, um pensamento organicista da História, que só pode lhe fechar a leitura marxista. (BARTHES, 1988, p. 225)

Unitária e organicista, porque romântica sem trapças, a obra de Michelet, mais uma vez, adentra a literatura (uma certa literatura), mas se perde para a crítica, pois, supostamente, seus paradigmas e procedimentos não contemplam a razoabilidade que psicanálise e marxismo, na década de 1970, conferiam aos discursos do saber.

Certo que, vista de hoje, essa leitura se data tanto ou mais do que o discurso micheletiano. Se nossa época não necessariamente desacredita essas chaves de interpretação do mundo, ela não mais as endossa como absolutos, como chaves mestras de qualquer crítica. Não obstante, ainda

parece pesar tanto sobre Michelet, quanto sobre esse Romantismo ao qual sempre o filiaram, algo dessa flacidez de razão e de juízo que, desde Taine, faz duplo com sua potência poética.

À guisa de conclusão

Evidentemente, a inscrição micheletiana junto ao Romantismo parte de um fato. Fato bruto, absoluto: o de ter sido ele contemporâneo de todos aqueles que se deram esse nome. Isso significa dizer que, necessariamente, Michelet teve familiaridade com uma série de temas e problemas que são os que atribuímos ao Romantismo. Que, malgrado essa familiaridade, Michelet tenha se apresentado muitas vezes como crítico e, certamente, como estrangeiro a tal movimento, é fato que não parece despertar muito a atenção da crítica²¹. Sua caracterização como romântico, portanto, parece dizer mais sobre a nossa disposição para conceber tal época sob um prisma totalizante e unificador do que sobre a pluralidade de sensibilidades e posicionamentos disponíveis e concorrentes nessa primeira metade dos Oitocentos.

O objetivo deste artigo, e das críticas que nele apresentei, não foi, no entanto, o de, simplesmente, extrair Michelet dessa rotulagem romântica, malgrado a série de elementos que sua obra fornece para a sua problematização. Meu objetivo, antes, foi o de demonstrar que o fenômeno do descrédito ao texto de Michelet passa por um descrédito à suas ideias, classificadas como românticas. Nesse sentido, o caso Michelet me parece paradigmático dos entraves que cercam o tratamento historiográfico e analítico desse movimento, denotando uma disposição a compreendê-lo como inapto a produzir algo mais do que um discurso que, embora esteticamente potente, é inválido como fonte de saber.

Referências

- BARTHES, Roland. *Michelet*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. *O rumor da língua*. Tradução Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. Histoire et littérature: à propos de Racine. *Annales*, volume 15, n. 3, 1960, p. 524-537.
- CABANÈS, LARROUX. *Critique et théorie littéraires en France (1800-2000)*. Paris: Belin, 2005.
- CRISTOFOLINI, Paolo. *Vico et l'histoire*. Paris: PUF, 1995.
- LANSON, Gustave. *Histoire de la littérature française*. Paris: Hachette, 1951.
- _____. La formation de la méthode historique de Michelet. In: *Revue d'Histoire moderne et contemporaine*, t. VII, pp. 5-31, Paris: Edouard Cornely et cie éditeurs, 1905/1906.
- JEUNE. Taine, le romantisme et la nature. In: *Romantisme*, 1980, n. 30, p. 39-48.
- MICHELET, Jules. *Renaissance et Réforme*. Paris: Robert Laffont, 1982. (collection Bouquins)
- _____. *Histoire de la Révolution Française*. Paris: Gallimard (Pléiade), 1952, 2 volumes.
- OEHLER, Dolf. *O velho mundo desce aos infernos: autoanálise da modernidade após o trauma de junho de 1848 em Paris*. Tradução: José Marcos Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

²¹ As críticas de Michelet ao Romantismo podem ser encontradas nos momentos em que se manifestou a respeito da produção literária contemporânea, dos quais dá mostras em títulos como *Le Peuple*, *L'Etudiant* ou *La Bible de l'Humanité*. Para um entendimento mais geral de sua posição sobre o assunto, o melhor exemplo, a meu ver, pode ser encontrado no trecho a seguir, extraído de um prefácio inacabado de sua *História da França*: “O tempo era muito confuso, tempestuoso. Meu caminho muitas vezes andou próximo ao de duas correntezas as quais, para um homem da minha idade, não deixavam de se apresentar atrativas. Uma era a corrente romântica, que queria renovar a arte. A outra era a escola dos utopistas, que não pretendia menos do que refazer o mundo. Eu passei ao largo delas. A paixão me preservou da paixão. A deles era sincera. Mas não encontrei nelas o que satisfazia a minha paixão, o sentido vivo e fecundo da liberdade moral, meu Vico, meu Julho, o princípio heroico que criava tanto os meus livros quanto o meu ensino.” (“L'héroïsme de l'esprit”, p. 40).

PÉNISSON. Michelet, Quinet et l'Allemagne. In: *Revue de synthèse*, ano IV, n. 2, avril/juin 1988.

PETITIER, Paule. *Michelet – l'homme histoire*. Paris: Grasset, 2006.

REMAUD, Olivier. *Michelet – la magistrature de l'histoire*. Paris: Michalon, 1998.

SOUZA, Nabil de Araújo. Revisão do lansonismo: o cientificismo brando de Gustave Lanson e a perpetuação acadêmica da história literária. In: *Revista de Letras*, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 95-112, jul./dez. 2012.

TAINE, Hyppolite. *Essais de critique et d'histoire*. Paris: Hachette, 1866.

TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. L'Enchantement immobile de Jules Michelet. *Histoires littéraires*, vol III, n. 12, 2002, p. 77-92.

VIALLANEIX. *La Voie royale. Essai sur l'idée de peuple dans l'oeuvre de Michelet*. Paris: Flammarion, 1971.

_____. *Michelet, les travaux et les jours – 1798-1874*. Paris: Gallimard, 1998.

Recebido em: 3 mar. 2015.

Aprovado em: 19 mar. 2015.

